

## A ESCOLA FORA DO ARMÁRIO: POR UMA PEDAGOGIA E UM CURRÍCULO QUEER

Marcos Oliveira de Novaes <sup>1</sup>

### Resumo

A imposição do processo de normalização pelas instituições escolares revela sua natureza violenta. Tanto a pedagogia quanto o currículo são concebidos a partir de uma perspectiva cisheteronormativa, na qual se inserem coercivamente nos corpos e nas subjetividades comportamentos considerados normais, esperados e desejáveis. O binarismo limitante (homem/mulher) não permite "desvios", separa e delimita as fronteiras entre as expressões masculinas e femininas. Qualquer forma de transgressão dessa norma é repudiada, estabelecendo comportamentos que supostamente deveriam ser exclusivos de um gênero e nunca, em hipótese alguma, ser expressos pelo outro (atribuindo certas atividades como "coisas de meninas" ou "coisas de meninos"). A escola cisheteronormativa atua enquanto uma tecnologia de produzir corpos e subjetividades dóceis, "normais" e morais. A proposta de uma pedagogia e de um currículo *queer* vem bagunçar o padrão, é uma aposta pelas diferenças e pelos desvios. Essa abordagem é desafiadora, insubmissa e dissidente. Dessa forma, é preciso tirar a escola do armário, estranhar a pedagogia e o currículo hegemônico, problematizar as certezas e normalizações construídas e reproduzidas ao longo do tempo. Para tanto, fundamentados em uma revisão bibliográfica, apresentamos uma discussão teórica que examina as problemáticas ligadas à pedagogia e ao currículo hegemônicos. Em contraposição, propomos uma abordagem *queer*, que busca romper com a norma, sendo "estranha", "excêntrica", desconfortável e inquietante.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidade; Pedagogia *Queer*.

### SCHOOL OUT OF THE CLOSET: FOR A QUEER EDUCATION AND CURRICULUM

### Abstract

The imposition of the normalization process by school institutions reveals its violent nature. Both pedagogy and the curriculum are conceived from a cisheteronormative perspective, in which behaviors considered normal, expected and desirable are coercively inserted into bodies and subjectivities. The limiting binarism (man/woman) does not allow for "deviations", it separates and delimits the boundaries between masculine and feminine expressions. Any form of transgression of this norm is repudiated, establishing behaviors that should

<sup>1</sup> Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade e Doutorando em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Jequié, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).



supposedly be exclusive to one gender and never, under any circumstances, be expressed by the other (assigning certain activities as "girls' things" or "boys' things"). The cisheteronormative school acts as a technology for producing docile, "normal" and moral bodies and subjectivities. The proposal of a queer pedagogy and curriculum comes to disrupt the standard, it is a bet on differences and deviations. This approach is challenging, unsubmitive, subaltern and dissident. In this way, it is necessary to take the school out of the closet, to make pedagogy and the hegemonic curriculum strange, to problematize the certainties and normalizations that have been constructed and reproduced over time. To this end, based on a literature review, we present a theoretical discussion that examines the problems linked to hegemonic pedagogy and curriculum. In contrast, we propose a queer approach, which seeks to break with the norm, being "strange", "eccentric", uncomfortable and unsettling.

**Keywords:** Gender; Sexuality; Queer Pedagogy.

## 1. Sexualidade e gênero em debate

A sexualidade humana é estudada há bastante tempo, sendo debatida por diversos segmentos como a religião, a política e a ciência. Os discursos, as normas e proibições acerca da sexualidade compõem o que Foucault (1979) intitulou como "dispositivo da sexualidade", ou seja, uma rede de saberes que institui a "verdade" sobre a sexualidade.

Dessa forma, o dispositivo funciona como um regulador por meio de práticas discursivas e saberes-poderes que o orientam. No contexto da sexualidade humana, o dispositivo dita a "verdade" sobre o sexo, a qual é formulada por diversos saberes e opiniões, incluindo ciência, religião, política e discurso social. A sexualidade humana sempre esteve presente em discussões científicas, abordando seus aspectos normais ou patológicos, através da psiquiatria, psicologia e psicanálise. No que se refere à dimensão ética e moral, o cristianismo, a justiça e a política assumiram o papel de normatizar do que seria eticamente e moralmente aceitável. Como resultado, esses saberes influenciaram e continuam influenciando a opinião pública, propagando assim "verdades" sobre a sexualidade.

A problemática não reside em estudar ou não a sexualidade humana; o verdadeiro cerne da questão são os vieses por meio dos quais os estudos, ou seja, as "verdades", são formulados. Os saberes provenientes de instituições como a Igreja têm uma grande influência social, especialmente no Brasil. Esse país passou por um processo violento de catequização dos povos indígenas e perseguição aos homossexuais, outrora chamados de sodomitas.

Com base no saber médico, a heterossexualidade foi estabelecida como o padrão, a norma e o estado natural. Aqueles que se afastavam desse padrão foram classificados como anormais, inferiores e transgressores. A partir de 1870, a homossexualidade começou a ser estudada por psiquiatras, marcando,

segundo Foucault (1979, p. 233), um “ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos”.

Por muito tempo a medicina categorizou a homossexualidade como uma patologia, um desvio. De acordo com Ruy Laurenti (1984), o termo “homossexualismo” foi empregado para denotar uma “personalidade patológica”, conforme a Classificação Internacional de Doenças – CID, da Organização Mundial da Saúde - OMS, em sua sexta revisão de 1948. Na oitava revisão, em 1965, recebeu uma nova classificação, “desvio de transtornos sexuais”, que persistiu na nona revisão, suscitando inúmeras críticas.

Após uma série de reivindicações de diversos grupos sociais, incluindo acadêmicos e militantes LGBTQIAPN+, somente em 1985 o Conselho Federal de Medicina – CFM emitiu o parecer 05/1985, orientando a substituição do diagnóstico 302.0 da CID 09, que qualificava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”. O CFM sugeriu que a Categoria V62, denominada “outras circunstâncias psicossociais”, fosse utilizada em vez disso (CFM, 1985). Somente em 1990, a OMS retirou o termo “homossexualismo” da CID (Organização Mundial da Saúde, 1993). Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia – CFP, por meio da Resolução nº 01/1999, proibiu as chamadas “terapias de reversão sexual”, popularmente conhecidas como “cura gay” (CFP, 1999).

No entanto, até os dias atuais, é possível perceber discursos patologizantes oriundos de diversas esferas, proferidos por agentes sociais que possuem considerável prestígio devido à sua posição de saber-poder, como psicólogos(as), políticos e religiosos. A revisão sistemática conduzida por Novaes (2021) evidencia como esses discursos são articulados em prol da hipotética “cura gay”.

No Brasil, com a crescente do conservadorismo, diversos ataques são direcionados às pessoas não heterossexuais, ou seja, aos sujeitos LGBTQIAPN+. Essas pessoas enfrentam preconceito e discriminação, o que, como observado por Dantas (2016, p. 44), “tem base em uma estrutura social e em valores moralistas e conservadores que oprimem e limitam a liberdade de ser, sentir, amar e de viver dos sujeitos”. Além dos traumas psicológicos resultantes de discursos de ódio, a LGBTQIAPN+fobia mata. No ano de 2020, no Brasil, ocorreram 230 assassinatos devido a LGBTQIAPN+fobia, sendo 161 (70%) deles de travestis e mulheres trans, 51 (22%) de gays, 10 (5%) de lésbicas, 3 (1%) de homens trans, 3 (1%) de bissexuais e 2 (1%) de heterossexuais que não se encaixavam na norma heterossexual (Grupo Gay da Bahia, 2020).

É inegável que a LGBTQIAPN+fobia representa um grave desafio político e social no Brasil. Nos últimos anos, temos testemunhado um aumento notável nos ataques dirigidos a pessoas com identidades de gênero e sexualidades dissidentes. Esses ataques são frequentemente originados por políticos e líderes religiosos, muitos dos quais são impulsionados pelo movimento bolsonarista. Esse movimento transcende a figura do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que “se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e patriótica” (Freixo; Pinheiro-Machado, 2019, p. 19).

No dia 13 de julho de 2022, durante um discurso proferido na cidade de Imperatriz, no estado do Maranhão, o então presidente Bolsonaro declarou: “O que nós queremos é que o Joãozinho seja Joãozinho a vida toda. A Mariazinha seja Maria a vida toda, que constituam família, que seu caráter não seja deturpado em sala de aula” (Terra, 2022, *online*). Esse discurso, que carrega uma postura LGBTQIAPN+fóbica, faz alusão à fictícia “ideologia de gênero”, uma noção infundada propagada por setores ultraconservadores. O comentário constitui mais um dos inúmeros ataques dirigidos às pessoas LGBTQIAPN+.

Segundo Louro (2000), o padrão historicamente aceito “remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristã, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada” (Louro, 2000, p. 9). Dessa forma, um padrão é instituído, ancorado em uma ideologia machista, branca e conservadora de orientação cristã, que determina a cisgeneridade e a heterossexualidade como os modelos de naturalidade, normalidade e moralidade. Como resultado, as pessoas homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e outros(as) continuam sendo consideradas, ainda nos dias de hoje, como desviantes, desajustadas e anormais.

O padrão colonial e cisheteronormativo destacado por Louro (2000), também se faz presente nas instituições escolares, as quais muitas vezes reproduzem e ensinam “verdades” sobre gênero e sexualidade. Mesmo sendo um ambiente que deveria ser inclusivo e plural, a escola tradicional, assim como a igreja cristã, acaba perpetuando o preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+, o que é refletido em suas metodologias biologizantes, e até mesmo em sua arquitetura, como na segregação entre banheiros femininos e masculinos, entre outras normatizações binárias. É fundamental retirar a escola do armário. Para alcançar isso, novos métodos de ensino-aprendizagem precisam ser adotados, assim como a reconfiguração dos espaços físicos. Isso implica em romper com os preconceitos historicamente construídos e transformar a escola em um espaço que genuinamente acolha a diversidade.

Portanto, é imperativo que a escola tradicional rompa com as amarras conservadoras, com a pedagogia hegemônica que é limitante e excludente. Essa mudança é essencial para alcançarmos uma escola que seja verdadeiramente insubmissa, inclusiva, diversa e equânime. Com esse propósito, dedicamo-nos a explorar a concepção de uma escola fora do armário, que esteja além das restrições, uma escola que seja subversiva. Para isso, começaremos por apresentar a Teoria *Queer* e sua crítica ao modelo binário. Em seguida, discutiremos algumas abordagens relacionadas a uma pedagogia e um currículo *queer*.

## **2. Teoria *Queer*: a crítica aos modelos binários**

Impulsionada pela luta por direitos civis da população negra do Sul dos Estados Unidos, pelo movimento feminista da segunda onda e pelo movimento homossexual da década 1960, a Teoria *Queer* emerge em 1980, coincidindo com o início da epidemia de HIV/Aids (Miskolci, 2012). Essa teoria surge como uma

resposta à naturalização heterossexual que estava presente nos estudos socioantropológicos das minorias.

Ainda hoje, muitos continuam utilizando o termo “minorias” para se referir a grupos não hegemônicos. No entanto, o uso do termo “minorias” remete aos grupos que foram ou ainda são silenciados, minorias não no sentido numérico, mas em relação aos direitos não assegurados, à falta de segurança, educação e dignidade. O termo “*queer*” era inicialmente empregado de forma pejorativa para descrever pessoas com identidades de gênero e sexualidades dissidentes. Conforme apontado por Louro (2001, p. 546), “*queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”. Como resposta, os movimentos homossexuais decidiram reapropriar a palavra, transformando-a em uma definição para todos(as) que desafiam a heteronormatividade.

Em contrapartida, “os estudos *queer* atacam uma repronarratividade e uma reproideologia, bases de uma heteronormatividade homofóbica, ao naturalizar a associação entre heterossexualidade e reprodução” (Lopes, 2002, p. 24). A perspectiva *queer* rasura, borra, questiona e desafia o binarismo homem/mulher, tornando-se subversiva e desviante. Devido a essa subversão, o termo é frequentemente considerado antinatural, anormal e imoral.

O conceito de *queer* subverte a norma e rompe com as naturalizações. Conforme argumentado por Butler (2000), tanto o sexo quanto o gênero são construções sociais, não sendo essencialmente determinados pela biologia. Como resultado, a Teoria *Queer* desconstrói a ideia de uma inseparabilidade entre sexo e gênero, e, por consequência, desafia a cisheteronormatividade. Portanto, essas instâncias não são estanques e devem ser compreendidas em sua complexidade. Elas podem variar ao longo da vida de um indivíduo, sem que essa transição implique em anormalidade.

O *queer* é intrinsecamente insubmisso e subversivo, desafia e rasura as normatizações estabelecidas, e se contrapõe diretamente à hegemonia cisheteronormativa. Cisheteronormatividade compreende a naturalização do gênero atribuído a um indivíduo ao nascer e da heterossexualidade, que envolve a atração pelo gênero oposto. De acordo com a psicóloga Jaqueline de Jesus (2017), é essencial desnaturalizar essas normas restritivas e excludentes que limitam as possibilidades de ser, existir e gozar das pessoas.

Essas normas são impostas de forma coercitiva, tratando o corpo como um texto social no qual, desde o nascimento, são inseridos limites e proibições. Isso ocorre com base em normas pré-estabelecidas sobre como se vestir, comportar, desejar e amar. No entanto, essa imposição de normas vai além dos aspectos comportamentais e pode se manifestar como um problema psicológico quando o indivíduo sofre por acreditar que algo está errado consigo mesmo. Isso acontece quando não se reconhece conforme o gênero atribuído ao nascimento e/ou quando sente atração por alguém do mesmo gênero.

A escola, frequentemente, acaba por (re)produzir preconceitos e comportamentos discriminatórios, tornando-se um local que pode e deve ser transformado em um espaço para superar e combater a violência de gênero e

sexualidade, a qual é intrinsecamente enraizada em nossa sociedade. Para alcançar essa transformação, é crucial contemplar a adoção de uma pedagogia e currículo *queer*. Esse debate é tanto necessário quanto cada vez mais premente, uma vez que “hoje, as chamadas ‘minorias sexuais’ estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores” (Louro, 2001, p. 542). Dessa forma, é de extrema importância discutir como a escola pode se tornar um espaço de desconstrução da LGBTQIAPN+fobia, em vez de contribuir para a perpetuação dessa opressão.

### **3. Tirando a escola do armário: notas para uma pedagogia e um currículo *queer***

No entendimento de Foucault (2014), o ambiente escolar funciona como “uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (Foucault, p. 144). Dessa modo, a escola desempenha um papel de disciplina que vigia e pune os que desobedecem às normas. Essa disciplina regula comportamentos, classifica corpos como corretos ou desviantes e, acima de tudo, busca torná-los “dóceis”.

A disciplina estabelece, ou pelo menos tenta estabelecer, parâmetros de “normalidade”, vigilância e categorização dos corpos, criando uma dicotomia entre certo e errado, natural e desviante, normal e patológico. Ela opera com base em uma norma que frequentemente busca impor, de forma coercitiva, sua conduta moral, como ocorre com a heteronormatividade.

A heteronormatividade pressupõe que a heterossexualidade é a única possibilidade de vivenciar a sexualidade. Em outras palavras, todas as outras formas de desejos, prazeres e estilos de vida que não se alinham com essa norma, os não-heterossexuais, são rotulados como “anormais”.

A cisheteronormatividade está presente na escola, no currículo, nas metodologias pedagógicas e até mesmo na infraestrutura escolar. Conforme abordado por Foucault (2014), a escola é uma instituição de vigilância, controle e reprodução de normas. Ela categoriza os indivíduos através de uma dicotomia reducionista de gênero, na qual existem apenas meninos e meninas, e esses indivíduos sempre devem interagir com o gênero oposto.

Assim, a divisão entre os banheiros masculinos e femininos, as aulas de educação física, nas quais os meninos devem jogar futebol e as meninas devem jogar baleado – sem que haja uma inversão dessa ordem –, bem como o ensino sobre sexualidade humana nas aulas de ciências, sob uma perspectiva biologizante e essencialista, constituem alguns exemplos de como a cisheteronormatividade opera no ambiente escolar.

É preciso abrir as portas do armário da escola, reexaminar os currículos, as metodologias de ensino e a arquitetura escolar. De acordo com Paulo Freire (1987, p. 40), a educação libertadora, “ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim, também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens”. Dentro dessa perspectiva, são concebidas uma pedagogia e um

currículo *queer*, uma abordagem educacional contemporânea e libertadora, que não se alinham à cisheteronormatividade.

A pedagogia e o currículo tradicionais são responsáveis por “reproduzir tipos específicos de comportamentos, valores, hábitos, atitudes pessoais conectadas com o tipo de sociedade na qual os indivíduos estão inseridos” (Sabat, 2001, p. 21). Desta maneira, em uma sociedade como a nossa, na qual 64,6% se autodeclararam católicos e 22,2% se identificam como evangélicos, totalizando assim 86,8% da população (IBGE, 2015), é inegável que uma pedagogia e um currículo cisheteronormativos são implementados nas escolas brasileiras, transformando a escola em um ambiente de segregação e preconceito.

A ideia de tirar a escola do armário apresenta-se como um desafio considerável. É necessário remar contra uma maré conservadora que vem ganhando força, especialmente nos últimos quatro anos. A escola, os currículos e os(as) educadores(as) estão imersos nessa sociedade e para eles é uma tarefa árdua (re)aprender o que foi ensinado há muito tempo e sistematicamente reproduzido na escola, ou seja, a perpetuação do “(cis)tema” conservador (Novaes, 2022), como tenho defendido em estudos anteriores, através de uma pedagogia de matriz colonial, machista, eurocêntrica e cristã.

Uma pedagogia e um currículo *queer* deveriam incorporar a ambiguidade, a fluidez e a complexidade das identidades sexuais e de gênero, colocando em xeque as naturalizações e engessamentos dessas entidades empregados por meio da cisheteronormatividade. A diversidade não seria deixada de lado, como frequentemente ocorre. Ao contrário, a pluralidade necessariamente estaria presente, sendo abordada e respeitada. “Uma pedagogia e um currículo *queer* estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, certamente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades” (Louro, 2004, p. 45).

Para alcançar uma pedagogia e um currículo *queer*, é essencial que as diferenças não apenas estejam presentes, mas também sejam examinadas a fim de compreender quais sistemas de poder moldaram o conceito de “diferente”, “estranho” ou “*queer*”. Se a exaltação da heterossexualidade é construída, ensinada e transmitida, então, de maneira semelhante, a sua desconstrução também pode ser efetivada. Nesse contexto, “não seria suficiente denunciar a negação e o submetimento de homossexuais, e sim desconstruir o processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados” (Louro, 2004, p. 46).

Deste modo, compreenderíamos como a diferença e como o conceito de *queer* se torna aversivo, desafiador e insurgente. A desconstrução da cisheteronormatividade só se concretizará após a identificação das estratégias que buscam normalizar as noções de gênero e sexualidade, questionando a ideia de “normal” e confrontando-a, abalando assim o status quo. A tarefa de promover uma pedagogia e um currículo não-cisheteronormativos não é simples, envolve se posicionar na vanguarda contra as ameaças do conservadorismo, conforme apontado por Miskolci (2012). O autor sugere que

Tais ameaças conservadoras têm ameaçado, mas não impedido o comprometimento de educadores brasileiros em seguir em direção ao reconhecimento das diferenças na educação e, dentre eles e elas, muitos continuam a buscar aplicar uma perspectiva não-normativa e mais democrática em sua atuação didática (Miskolci, 2012, p. 41).

O conservadorismo é uma das maiores, senão a maior, barreira que precisamos superar para alcançarmos uma pedagogia e um currículo *queer*. O conservadorismo se manifesta como uma ideologia política que busca perpetuar valores e crenças, e se opõe a qualquer comportamento que não esteja alinhado com a sua perspectiva. Segundo Heywood (2017),

Como ideologia política, o conservadorismo é definido pelo desejo de conservar, refletido na resistência ou pelo menos na suspeita de mudança. No entanto, embora o desejo de resistir à mudança possa ser o tema recorrente dentro do conservadorismo, o que distingue o conservadorismo de credos políticos rivais é a maneira distinta em que essa posição é mantida, em particular por meio do apoio à tradição, uma crença na imperfeição humana e a tentativa para manter a estrutura orgânica da sociedade. (Heywood, 2017, p. 102, tradução nossa).

Dessa maneira, uma pedagogia e um currículo conservadores restringem, enquadram e patologizam aqueles que são diferentes. O *queer* “desconserva”, o que o torna temido e difícil de ser assimilado. Podemos lembrar da desinformação sobre o “kit gay”, que não tinha relação com a erotização infantil, como erroneamente divulgado por parlamentares conservadores brasileiros. Eles atacaram o Projeto “Escola sem Homofobia”, cujo objetivo era contribuir para a implementação de um ambiente educacional mais inclusivo e diversificado, pela proposição de “[...] ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro” (Brasil, 2004, p. 9).

Estudos recentes têm destacado a influência do conservadorismo na educação brasileira (Penna, 2016; Paraíso, 2016; Sevilla; Seffner, 2017; Junqueira, 2017; Mattos, 2018; Alves; Rossi, 2020). Essas pesquisas ilustram como grupos conservadores cristãos utilizam o pânico moral para disseminar desinformações, como a alegada “ideologia de gênero”, uma falácia que, segundo esses grupos, busca doutrinar as crianças e torná-las LGBTQIAPN+, o que é manifestamente infundado.

Na realidade, o que causa apreensão é a possibilidade de romper com a doutrinação cristã redutora e excludente, que regula e oprime subjetividades e corpos que não se alinham às suas normas. Assim, considerar uma pedagogia e um currículo *queer* significa contemplar o subalterno. Segundo Miskolci (2012), “[...] uma perspectiva subalterna exige essa atenção ao que os processos educacionais antigos mais temiam: a diferença, o inesperado, o criativo, o novo,

o que realmente pode mudar a ordem do poder” (Miskolci, 2012, p. 54). Levar em conta as diferenças, fomentar diálogos sobre divergências e consensos são metas de uma pedagogia e currículo *queer*.

A proposta consiste em estabelecer uma escola que não replique preconceitos, mas sim, que engaje em diálogo com as diferenças, que as incorpore em seu currículo, que as analise criticamente, que as mantenha próximas em vez de afastadas, que instigue curiosidade pelo diverso em lugar de aversão. Nas palavras de Bento (2011),

Para se compreenderem os motivos que fazem da escola um espaço destinado, fundamentalmente, a reproduzir os valores hegemônicos, é necessário sair desse espaço, ampliar nosso olhar para a própria forma como a sociedade produz as verdades sobre o que deve ser reproduzido, quais os comportamentos de gênero sancionados e por que outros são silenciados e invisibilizados, qual a sexualidade construída como “normal” e como gênero e sexualidade se articulam na reprodução social (Bento, 2011, p. 555-556).

É preciso “desnormalizar” conceitos que há muito tempo foram considerados como padrão. A construção das identidades masculina e feminina representa uma engenharia perversa que limita, separa, define o que é certo ou errado, o que é normal ou patológico, impondo normas e comportamentos nos corpos de maneira violenta. Bento (2011) nomeia essa dinâmica como heteroterrorismo, exemplificando que, se um menino gosta de brincar com bonecas, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino!” (Bento, 2011, p. 552).

O heteroterrorismo opera como um verdadeiro ato de guerra, proibindo, inibindo, culpando, julgando, agredindo e patologizando comportamentos e subjetividades, ao estabelecer uma injusta dicotomia entre interesses e características considerados masculinos e femininos. Ele dita como se deve agir, do que se deve gostar ou não, o que é permitido fazer ou não. O heteroterrorismo impõe de forma coercitiva a heteronormatividade e, inevitavelmente, amplifica a homofobia, o que vai de encontro ao que uma pedagogia e currículo *queer* não deveriam promover.

#### **4. Não concluindo...**

É importante ressaltar que “uma pedagogia e um currículo *queer* não são necessariamente voltados para os sujeitos *queer*, mas falam a “todos” e não se dirigem apenas aqueles ou aquelas que se reconhecem nessa posição de sujeito” (Louro, 2004, p. 48). As dúvidas, incertezas e, sobretudo, os questionamentos sobre “verdades absolutas” são essenciais para estabelecer uma escola crítica, na qual o conhecimento seja construído com respeito à diversidade.

A escola precisa ser (re)construída enquanto espaço educacional. As diferenças devem ser acolhidas e não rejeitadas, o confronto e a contradição



devem ser assegurados e examinados, permitindo que os dissidentes entrem em diálogo uns com os outros. O currículo precisa ser concebido de forma a abranger a heterogeneidade dos sujeitos, em vez de servir como um mecanismo de homogeneização que, muitas vezes, (re)produz o heteroterrorismo.

A projeção de como o “Outro” deve ser e se comportar, a partir da minha perspectiva, carece ser superada, uma vez que, “a educação infelizmente, até hoje se constituiu em um conjunto de técnicas que busca fazer o Outro ser do jeito que a gente quer. E isso é realmente muito triste, autoritário, normativo e violento” (Miskolci, 2012, p. 55).

Para tanto, a formação docente também precisa ser tensionada, o *locus* social do(a) futuro(a) educador(a) necessita ser problematizado, levando em consideração seus privilégios e suas lutas, pois “o reconhecimento do “outro”, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos” (Louro, 2015, p. 15).

Assim, considerar uma pedagogia e um currículo *queer* também significa refletir sobre nós mesmos, nossos corpos, nossos preconceitos e nossos medos. O(a) educador(a) precisa se questionar, assim como questionar a escola e sua estrutura, tanto física quanto pedagógica, por meio de uma reflexão interna que levante questionamentos e abale certezas. Aquilo que há muito tempo foi estabelecido como normal, correto, moral e natural deve ser analisado criticamente, desafiado e submetido a questionamentos.

Com a eleição geral de 2022, o Partido dos Trabalhadores (PT) retoma a Presidência da República por meio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse momento ocorre num cenário em que o conservadorismo e o fascismo estavam ganhando força de maneira sem precedentes em nosso país. Nesse contexto, renova-se a esperança de dias melhores, especialmente para a educação brasileira, que enfrentou diversos desafios nos quatro anos do governo anterior. Assim, é esperado que o Governo Federal possa restabelecer os programas de combate à LGBTQIAPN+fobia nas instituições educacionais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Jozimara Assunção Camilo; ROSSI, Célia Regina. políticas públicas de gênero e sexualidade na educação: breve análise sobre a “ideologia de gênero”. **Educação: Teoria e Prática**, v. 30, n. 63, p. 1-15, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/13771>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**. 2011, v. 19, n. 2, pp. 549-559. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 28 fev. 2022.



BRASIL. **Caderno:** escola sem homofobia. 2004. Disponível em:  
<https://gay.blog.br/wp-content/uploads/2018/10/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Distribuição percentual da população por religião.** Brasil, 2015. Disponível em:  
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000009352506122012255229285110.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam:** sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo horizonte: Autêntica, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Parecer Nº 05/1985, de 29 de janeiro de 1985. Consulta referente à orientação para a correta aplicação da CID, questão a que interessa o pleito formulado pelo auto-denominado "GRUPO GAY DA BAHIA".** Fortaleza: CFM, 1985. Disponível em:  
<https://bit.ly/2T7kf4z>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP Nº 001/99, de 22 de março de 1999.** Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão Orientação Sexual. Brasília, DF: CFP, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3AWScWy>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DANTAS, Hudson. **"Dores e cores do arco-íris":** Reflexões sobre a LGBTfobia. Mossoró/RN. Monografia de graduação. Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Org. e trad. Roberto Machado. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIXO, Adriano; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. "Introdução: Dias de um futuro (quase esquecido): um país em transe, a democracia em colapso", in Freixo, A.; Pinheiro-Machado, R. (orgs.) **Brasil em Transe:** Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA – GGB. **Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil** – 2020. Disponível em:  
<https://observatoriomortesviolentaslgbtibrasil.org/2020-1> . Acesso em: 11 fev. 2022.



HEYWOOD, Andrew. **Political Ideologies**: Na Introduction. Sixth edition. United Kingdom: Palgrave, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: [https://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta\\_\\_es\\_popula\\_\\_o\\_trans](https://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta__es_popula__o_trans). Acesso em: 04 ago. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família natural"? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, MAGALHÃES, Joana Lira Corpes[org.] **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

LAURENTI, Ruy. "Homossexualismo e a Classificação Internacional de doenças". **Rev. Saúde Pública**, vol.18, nº 5, São Paulo, Outubro de 1984.

LOPES, Denílson. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. 1. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte. Autentica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, pág. 541-553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MATTOS, Amanda Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação. **Psicologia Política**, São Paulo, v.18, n.43, set/dez. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a09.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NOVAES, Marcos Oliveira de. **A crucificação cuir**: entre a "liberdade de expressão" e o discurso necro-cuir-político. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia –



UESB, Jequié, 2022. Disponível em: <http://bit.ly/445LcnC>. Acesso em: 15 ago. 2023.

NOVAES, Marcos Oliveira de. "Cura gay": psicologia, política e religião, perspectivas em torno da problemática. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 2, n. 16, p. 113-125, 2021. DOI: 10.9771/peri.v2i16.36905. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/36905>. Acesso em: 13 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (coord.). **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org). Acesso em: 12 ago. 2023.

PENNA, Fernando Araujo. O ódio aos professores. In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, 2001, v. 9, n. 1, pp. 04-21. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/hqknn4NtLrGpyGQMB8p7ByB/?lang=pt#>. Acesso em: 01 mar. 2022.

SEVILLA, Gabriela; SEFFNER, Fernando. "Escola sem partido" e sem "ideologia de gênero": apontamentos sobre as mudanças na legislação educacional e suas implicações para o ensino de sociologia. In: **Seminário brasileiro de estudos culturais e educação/ Seminário internacional de educação**, 7, 2017. Anais... Canoas: PPGEDU, 2017.

TERRA. **Bolsonaro adiciona mais uma fala homofóbica à lista**; relembre todas. 14 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/bolsonaro-adiciona-mais-uma-fala-homofobica-a-lista-relembre-todas,99d67075400b02b8af744716573a7af295z8zjd6.html>. Acesso em: 04 ago. 2023.

Recebido em: 19 de dezembro de 2022.  
Aceito em: 11 de novembro de 2023.  
Publicado em: 16 de novembro de 2023.

